



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
DIRETORIA GERAL

PROT O C O L O

PROCESSO nº 165/2008 de 29 de maio de 2008

INTERESSADO: Executivo Municipal

LOCALIDADE: Bento Gonçalves

ASSUNTO: ACRESCE O ART.71-A DA LEI MUNICIPAL Nº4.000/2006.

PROJETO-DE-LEI nº 104/2008 de 28 de maio de 2008

COMISSÕES DE: Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento

ARQUIVADO EM: _____

Secretário-Geral

Lei Municipal nº 4.395/2008



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

Of. nº 109/2008 - GAB/PL

Bento Gonçalves, 28 de maio de 2008.

CÂMARA MUNICIPAL
DE BENTO GONÇALVES

165/2008

PROTOCOLO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos Ilustres Vereadores integrantes dessa Colenda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei nº 104 que "**ACRESCE O ART. 71-A NA LEI MUNICIPAL Nº 4.000/2006**".

A Lei Municipal nº 4.000, de 29 de setembro de 2006 dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente que objetiva a responsabilidade comum do Poder Público Municipal e do cidadão na proteção do ambiente, assegurando o direito da sociedade a uma vida saudável e garantindo que a exploração dos recursos ambientais não comprometam as necessidades das gerações presentes e futuras.

O Projeto de Lei que ora estamos propondo visa acrescentar o art. 71-A na Lei Municipal nº 4.000/2006, prevendo uma Equipe Multidisciplinar que atuará nos processos de Licenciamento Ambiental.

Tendo em vista a expedição do Decreto nº 6.536, de 06 de maio de 2008 que "*Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental Municipal*", o Município promoverá o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

Diante das novas competências atribuídas a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, fez-se necessária a formação de uma Equipe Multidisciplinar, sendo que cada membro fará jus ao valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

Sem mais e confiando na aprovação da matéria, **em regime de urgência**, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,


ALCINDO GABRIELLI
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor
Vereador **IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI**
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Palácio 11 de Outubro
Nesta Cidade



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

1.02
F.5

APROVADO	
Votação:	Unânime (CRV)
Projeto:	Lei n.º 104/2008
Data:	02/06/2008
Assinatura: _____	
Presidente	

PROJETO DE LEI Nº 104, DE 28 DE MAIO DE 2008.

**ACRESCE O ART. 71-A NA LEI
MUNICIPAL Nº 4.000/2006.**

Art. 1º - Fica acrescido o art. 71-A na Lei Municipal nº 4.000, de 29 de setembro de 2006 que *"Dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências"*, com a seguinte redação:

"Art. 71-A – A Secretaria Municipal do Meio Ambiente terá uma Equipe Multidisciplinar, nomeada pelo Prefeito Municipal, através de Portaria, que atuará nos processos de Licenciamento Ambiental.

Parágrafo único – Cada membro da Equipe Multidisciplinar fará jus ao valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO
GONÇALVES, aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e oito.**

ALCINDO GABRIELLI
Prefeito Municipal

Processo nº 4557, de 28.05.2008.

LEI MUNICIPAL Nº 4.000, DE 29 DE SETEMBRO DE 2006.

**DISPÕE SOBRE A POLÍTICA
MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ALCINDO GABRIELLI, Prefeito Municipal de Bento
Gonçalves,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores
aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

TÍTULO I

DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES

CAPÍTULO I

Dos Princípios Gerais

Art. 1º - A Política do Meio Ambiente objetiva a
responsabilidade comum do Poder Público Municipal e do cidadão de proteger o
ambiente, de assegurar o direito da sociedade a uma vida saudável e de garantir
que a exploração dos recursos ambientais não comprometa as necessidades das
presentes e futuras gerações, atendendo aos seguintes princípios fundamentais:

- I – compatibilização com as políticas ambientais federal e estadual;
- II – ação governamental na manutenção da estabilidade dos ecossistemas,
considerando o ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente
protegido, tendo em vista o uso coletivo e a melhoria da qualidade de vida;
- III – planejamento e fiscalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar,
visando a racionalização dos seus usos;
- IV – proteção, preservação e recuperação dos ecossistemas;
- V – recuperação de áreas degradadas;
- VI – responsabilização do causador do dano ambiental, na reparação do prejuízo
ocasionado, independentemente de outras sanções civis e penais cabíveis;
- VII – controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VIII – educação ambiental.

CAPÍTULO II

Das Competências

Art. 2º - Compete ao Poder Executivo Municipal, por
intermédio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMMA, e
complementarmente as demais unidades político-administrativas do Município, no
âmbito de suas competências legais:

Art. 71 - Fica a Secretaria Municipal do Meio Ambiente autorizada a expedir normas técnicas, padrões e critérios, depois de aprovados pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, destinados a complementar esta lei e regulamentos.

Art. 72 - A presente lei será regulamentada por Decreto, no que couber, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 73 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e seis.

ALCINDO GABRIELLI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PARECER 180/2008

Processo nº 165/2008

O Senhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei nº 104/2008, do Poder Executivo, que *Acredita o Artigo 71-A na Lei Municipal nº 4.000/2006.*

O presente projeto de lei, visa acrescentar o Artigo 71-A, na Lei Municipal nº 4.000, de 29 de setembro de 2006, que "Dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências", a fim de prever a criação de uma equipe multidisciplinar, nomeada pelo Prefeito Municipal, através de Portaria, para o fim de atuar em processos de licenciamento ambiental, com a remuneração de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

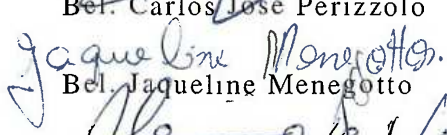
Esta Assessoria, não vislumbra óbices, do ponto de vista jurídico, a regular tramitação e votação da presente matéria.

s.m.j. é o parecer.

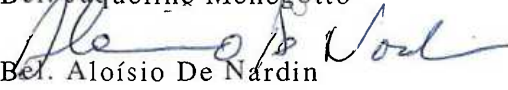
Palácio 11 de outubro, aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e oito.


Bel. Carlos José Perizzolo

OAB/RS 6.045


Bel. Jaqueline Menegotto

OAB/RS 51.007


Bel. Aloísio De Nardin

OAB/RS 64.849



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PROCESSO Nº 165/2008

AUTOR: **Executivo Municipal**

ASSUNTO: **ACRESCE O ART. 71-A NA LEI MUNICIPAL Nº 4.000/2006.**

PARECER: COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Os Vereadores abaixo firmados, integrantes da Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça, após procederem análise ao Processo 165/2008 que **ACRESCE O ART. 71-A NA LEI MUNICIPAL Nº 4.000/2006**, exaram o seguinte parecer:

O presente projeto visa acrescentar o art. 71-A na Lei Municipal nº 4.000/2006, de 29 de setembro de 2006 que “Dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências”, prevendo uma Equipe Multidisciplinar que atuará nos processos de Licenciamento Ambiental, sendo que cada membro fará jus ao valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

/Essa Comissão é de parecer que a matéria tem condições de tramitação, cabendo ao Soberano Plenário a sua decisão. /

É o parecer.

Sala das Sessões, 02 de junho de 2008.

Vereador **JAIR BARUELI**

Presidente

Vereador **FRANCISCO RIZZARDO**

Vice-Presidente

Vereador **AIRTON LUIZ MINUSCULI**

Membro Efetivo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PROCESSO Nº 165/2008

AUTOR: Executivo Municipal

ASSUNTO: Acresce o Art. 71-A na Lei Municipal nº 4.000/2006.

PARECER: **COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

Os Vereadores abaixo firmados, integrantes da Comissão Técnica Permanente de Finanças e Orçamento, após procederem a análise do processo 165/2008, que Acresce o Art. 71-A na Lei Municipal nº 4.000/2006, são de parecer que a matéria tem condições de tramitação e votação.

É o parecer.

Sala das Sessões, 02 de junho de 2008.

Vereador  **VALDECIR RUBBO**

Presidente

Vereador  **ROBERTO CAINELLI**

Vice-Presidente

Vereador  **AIRTON LUIZ MINUSCULI**

Membro Efetivo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 4.395, DE 05 DE JUNHO DE 2008.

**ACRESCE O ART. 71-A NA LEI
MUNICIPAL Nº 4.000/2006.**

ALCINDO GABRIELLI, Prefeito Municipal de Bento
Gonçalves,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores
aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica acrescido o art. 71-A na Lei Municipal nº
4.000, de 29 de setembro de 2006 que *"Dispõe sobre a Política Municipal do Meio
Ambiente e dá outras providências"*, com a seguinte redação:

**"Art. 71-A – A Secretaria Municipal do Meio
Ambiente terá uma Equipe Multidisciplinar,
nomeada pelo Prefeito Municipal, através de
Portaria, que atuará nos processos de
Licenciamento Ambiental.**

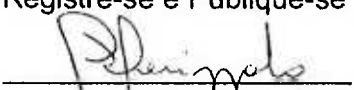
**Parágrafo único – Cada membro da Equipe
Multidisciplinar fará jus ao valor de R\$ 500,00
(quinhentos reais) mensais."**

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO
GONÇALVES**, aos cinco dias do mês de junho de dois mil e oito.


ALCINDO GABRIELLI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se


Patrícia Brun Perizzolo
Procuradora-Geral do Município

Processo nº 4557, de 28.05.2008.

registrado (a) às fls. 083v
e publicado (a)

05/06/2008
